

**NOTA ASSOCIATIVA**

CONFEDERACAODASCOLECTIVIDADES.COM

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA,
RECREIO E DESPORTO

O Associativismo no Orçamento de Estado 2021

Aos Órgãos Sociais
Aos Assesores (as)
Às Estruturas Descentralizadas
Às Coletividades Elo
Às Filiadas

A proposta de Lei de Orçamento de Estado.2021 apresentada pelo Governo na Assembleia da República (12 Outubro) encontra-se em vésperas de ser votada na generalidade (28 Outubro). Se for aprovada, será discutida na especialidade até 25 de Novembro e será submetida a votação final global a 26 de Novembro. Será um Orçamento exigente e decisivo para enfrentar todas as necessidades que vinham de trás e se acentuaram a que se junta uma crise pandémica.

O que fizemos?

A Confederação, em reuniões presenciais que teve com a Senhora Ministra da Cultura e a Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, teve oportunidade de apresentar um conjunto de propostas que são essenciais para a vida associativa e para as populações.

À Ministra da Cultura, propusemos que fosse inscrito no OE, verbas dedicadas ao Associativismo que, entre outros, visassem a Capacitação das entidades do CNAP e a Salvaguarda dos Arquivos Associativos da Confederação. Estimamos que seria suficiente uma verba de 1 milhão €, sendo que o orçamento da Cultura é de 836.127.358€. (Mapa.1 do OE) No Mapa.2 do OE, vislumbramos previsões de 103.223.113€ para Serviços Desportivos e Recreativos e 393.398.341 para Serviços Culturais.

À Ministra do Trabalho, propusemos que fossem criadas linhas de crédito até 100.000€ por entidade, com juros suportados pelo OE, de apoio à retoma das actividades. Propusemos ainda, um Programa de Emprego apoiado ao Associativismo de forma a contribuir para a redução do desemprego crescente no país, dando melhores condições aos Dirigentes Associativos que são e continuarão a ser Voluntários e Benévolos. Esta medida poderá abranger cerca de 30.000 pessoas. Os custos poderão rondar os 56 milhões €. O orçamento da Segurança Social é de 27.967.688.563€. (Mapa.1 do OE)

Sendo 33.000 entidades, somos essenciais na dinamização da economia local, regional e nacional, no controlo da inflação e preços, nas áreas da Economia, Planeamento e Finanças, gostaríamos de ver consideradas medidas de apoio à construção, conservação de instalações, benefícios fiscais e a aprovação do Estatuto Fiscal da Economia Social que está previsto na Lei de Bases da Economia Social desde 2013.

Na área da Segurança Interna, gostaríamos de ver incluída uma verba dedicada às Medidas de Auto Protecção Contra Incêndios em Edifícios Associativos para cumprimento da Lei mas, sobretudo, para a segurança das pessoas (essenciais para prevenir casos como de Vila Nova da Rainha). Estimamos que deveriam ser dedicadas verbas no valor de 40 milhões€. O orçamento da Segurança Interna é de 2.266.763.770€. (Mapa.1 do OE) No Mapa.2 do OE identificamos que estão disponíveis para a Protecção Civil 231.038.013€ e 325.580.306€ para Outras Actividades.

Pelos impostos directos e indirectos que pagamos pela actividade associativa, somos contribuintes líquidos do Orçamento de Estado. Chamamos a atenção para a necessidade de serem feitos destaques de apoios efectivos para o Associativismo Popular para que se conheçam os valores disponíveis e a forma de acesso aos mesmos. É uma questão de equidade, justiça e transparência.

O que fazer?

A Confederação, no âmbito do CNAP irá apresentar propostas a todos os Grupos Parlamentares na Assembleia da República mas recomendamos que cada Dirigente Associativo deverá por todas as formas ao seu alcance e conhecimentos, solicitar esclarecimentos e políticas públicas para o Associativismo que, na sua função de coesão social e territorial preventiva, complementa ou substitui o Estado nas suas funções sociais.

O Associativismo faz falta a Portugal!

Lisboa, 26 Outubro 2020

A Direcção